


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003338-28.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Obrigações**
 Requerente: **Célia Aparecida da Silva**
 Requerido: **Osnir Rodrigues Cortez**

Justiça Gratuita

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**
VISTOS

CELIA APARECIDA DA SILVA ajuizou Ação **DE OBRIGAÇÃO DE FAZER** em face de **OSNIR RODRIGUES CORTEZ** todos devidamente qualificados.

A autora alega, em síntese, que durante união conjugal com Vagner Cumpre Donato, adquiriu um carro que foi registrado em seu nome (dela autora). Posteriormente, em acordo de divórcio, o veículo foi destinado ao ex-cônjuge (Vagner Cumpre Donato) que se comprometeu a regularizar a situação do bem, transferindo-o para seu nome ou de eventual comprador. Com o veículo ainda registrado em seu nome, a autora promoveu cumprimento da sentença que homologou seu divórcio. Contudo, o veículo já havia sido vendido ao réu, que mesmo chamado a uma audiência de conciliação para devida regularização do bem, não a providenciou. O veículo ainda permanece registrado em seu nome e

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

apresenta um débito de R\$ 683,28. Portanto, pretende a autora que o réu transfira o automóvel, e pague os débitos sobre ele incidentes.

A inicial veio devidamente instruída com os documentos de fls. 1/26.

Devidamente citado, o requerido apresentou contestação, alegando que referido veículo foi negociado verbalmente com terceira pessoa de nome "EDUARDO", que se comprometeu a transferir a documentação para seu nome e também o financiamento. Sustentou que a negociação entre ele (requerido) e Eduardo, apesar de verbal, foi testemunhada por Vagner (ex-companheiro da autora) e por Antonio Luis Merola. No mais, denunciou à lide a pessoa de Eduardo de Tal e culminou por pedir a total improcedência do pedido contido na portal.

Sobreveio réplica às fls. 49.

Por despacho às fls. 50, foi indeferido o pedido de denunciação a lide e as partes instadas a produzir provas. O requerido pediu a intimação de "Eduardo" e a requerente não se manifestou.

A audiência de conciliação, que foi realizada com a presença do terceiro interessado, Eduardo, restou infrutífera (fls 77).

É o relatório.

DECIDO.

A autora almeja que o réu regularize a situação do veículo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

GM/S10, placa CKA 1711 e o transfira para seu (dele réu) nome.

O inanimado encontra-se registrado em nome da autora, embora na ação de divórcio que correu perante a 2ª Vara Cível local tenha sido atribuído (em partilha) ao ex-cônjuge Wagner (processo nº 1971/10).

Comparecendo ao sobredito processo (v. fls. 20) o réu confirmou ter comprado o inanimado de Wagner em 21/12/2011, que se comprometeu a entregar o recibo de transferência assinado por Célia (a respeito confira-se cópia do acordo homologado a fls. 20).

Ou seja: o requerido não nega os fatos.

Aliás, nestes autos sustentou ter feito negócio com um tal de “Eduardo” pretendendo atribuir a ele, conseqüentemente, a responsabilidade pela regularização almejada.

Como adquirente, o requerido tem obrigação de efetuar a transferência do veículo para “seu nome” como pedido na portal.

Ocorre que até o momento o aludido inanimado “circula” em nome da autora, situação evidentemente irregular e que vem trazendo a ela claros inconvenientes.

Assim, só nos resta compelir o postulado a cumprir o disposto no parágrafo 1º do art. 123 da Lei 9.503/97 (CTB), *in verbis*: “no caso de transferência de propriedade, o prazo para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação da expedição do novo Certificado de Registro de Veículo é de 30 (trinta) dias, sendo que nos demais casos as providências deverão ser imediatas”.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

E a clareza desse dispositivo dispensa maior esforço retórico.

Como nos autos há expressa confissão do réu a respeito de não ter concretizado tal comunicação deve ser responsabilizado pelos prejuízos trazidos à autora, até que a situação seja regularizada.

Tendo ocorrido a tradição é do adquirente o obrigação de pagar os tributos lançados sobre o bem, e ainda as multas por infração de trânsito praticadas na sequência da venda (que nos autos foram indicadas a fls. 10/11).

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

Assim, **JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial para o fim de **DETERMINAR** que o requerido, **OSNIR RODRIGUES CORTEZ**, providencie a transferência do veículo GM/S10, placas CKA 1711, Renavam 668303271, para seu nome, em 15 dias, a contar da intimação que lhe será endereçada, após o trânsito desta decisão, sob pena de multa diária de R\$ 100,00 até o limite de R\$ 10.000,00. A autora assinará o “recibo” de venda e o entregará em cartório preenchido em nome do postulado, com firma reconhecida, em 05 dias. Com tal documento nos autos o mandado de intimação será expedido.

Condeno, ainda, o requerido a pagar o valor do licenciamento, DPVAT e IPVAs em atraso desde a data da transação, ou seja, 21/12/2011. O valor será apurado na fase oportuna, por simples cálculo e executado nestes próprios autos.

Sucumbente, arcará o requerido com as custas processuais e



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

honorários advocatícios que fixo em R\$ 788,00.

P. R. I.

São Carlos, 28 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**